



TERMO DE DILIGÊNCIA

PROCESSO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2024.10.16.001

ASSUNTO: DILIGÊNCIA

Este Agente de Contratação Municipal informa que, diante dos pontos analisados a partir da instrução da fase recursal, surgiu fato que impera ser averiguado, fazendo-se necessária a realização de diligência, em conformidade com o que se narra adiante.

DOS FATOS E DO DIREITO

Fora interposto recurso pela empresa **AR CONSTRUÇÕES E OBRAS DE INSTALAÇÕES LTDA**, intentando a revisão da decisão que classificou a empresa **M L ENTRETENIMENTOS, ASSESSORIA E SERVICOS LTDA**, argumentando, para tanto, haver inexequibilidade de itens da composição da vencedora.

Em sede de contrarrazões, a empresa recorrida junta declaração de exequibilidade, contratos e planilha intentando a demonstração da viabilidade de sua proposta.

Analizado pelo setor técnico competente, o mesmo, em resumo, entende que há presunção relativa de inexequibilidade de alguns itens, mas que não é possível a desclassificação sumária, sugerindo, assim, a realização de diligência para oportunizar à empresa **M L ENTRETENIMENTOS, ASSESSORIA E SERVICOS LTDA** que junte documentos que demonstrem a efetiva execução dos objetos dos contratos colacionados nos valores ali pactuados.

Nesse sentido, interessa verificar o que dispõem o art. 59 da Lei Nº





14.133/21, *in verbis*:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;**
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;**
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, **serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado





pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, já se manifestou sobre o caráter relativo da presunção de inexequibilidade posta no §4º do art. 59 da Lei Nº 14.133/21, que deve ser interpretado de modo sistemático, considerando a disposição do §2º do mesmo artigo. Nesse sentido, vale destaque ao excerto adiante, do Acórdão Nº 803/2024-Plenário:

Enunciado

O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma **presunção relativa de inexequibilidade** de preços, sendo possível que a Administração conceda à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei.

Voto

13. Com efeito, considero correta a interpretação da unidade técnica de que a **regra de inexequibilidade presente no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 não representa uma presunção absoluta, devendo ter sua interpretação compatibilizada com o disposto no inciso IV do caput e no § 2º do mesmo artigo**, o qual prevê a possibilidade de realização de diligências para sanear dúvidas sobre eventual inexequibilidade da proposta. Para melhor compreensão do tema, reproduzo os dispositivos de interesse ao caso (grifo)

A jurisprudência se orienta, ainda, pela disposição do art. 28 da IN Seges/MGI 2/2023 e Súmula TCU Nº 262, que ora destacamos:

IN Seges/MGI 2/2023





Art. 28. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput*, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá **realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada**, em atenção ao disposto no § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021.

Súmula TCU Nº 262

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma **presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.** (grifo)

Isto posto, tem-se como salutar a realização de diligência, preservando os comandos legais, jurisprudência, princípios da economicidade e do interesse público.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concedemos o prazo de **02 (dois) dias úteis** para que a empresa: **M L ENTRETENIMENTOS, ASSESSORIA E SERVICOS LTDA** demonstre a exequibilidade de sua proposta, apresentando documentos de prova da viabilidade de execução com os valores propostos, a exemplo de notas fiscais ou outras peças que demonstrem que o objeto dos contratos apresentados foram realizados naqueles montantes e de forma adequada (como boletim de medição, diários de obra, relatório fotográfico, notas fiscais, etc). Impera que junte elementos bastantes para provar que os preços unitários





e global são, de fato, viáveis para a execução do objeto nos termos postos no edital e termo de referência.

Boa Viagem-CE, 08 de maio de 2025.

Artur Valle Pereira
Agente de Contratação

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 158-462-7366
PÁGINA: 5 DE 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CNPJ: 07.963.515/0001-36

